

DISCURSO DE POSSE NA ACADEMIA PIAUIENSE DE LETRAS

Honestamente, o Gurgueia não deve nutrir queixas desta Academia. Pois sou honrosamente recebido nesta sessão solene presidida por um gurgueiano – o acadêmico Reginaldo Miranda da Silva – e em que vai falar por todos outro gurgueiano – o acadêmico Oton Mário José Lustosa Torres. Se não bastasse, trata-se, embora ainda jovens, de dois expoentes da nova geração de intelectuais do Piauí e, por títulos vários, justos credores da minha e da admiração de todos. Como se fora um resgate histórico, é bom lembrar que Oton, que hoje aniversaria e deixou as comemorações familiares para nos prestigiar, o que muito agradeço, é filho da matriz dos sertões de Parnaguá, enquanto que Reginaldo tem o umbigo enterrado lá no antigo Lugar da Senhora, que os admiradores do coronel Bertolino Alves e Rocha desmembraram da velha Jerumenha para formar o atual município de Bertolândia.

Parnaguá e Jerumenha, como sabemos, foram os dois primeiros municípios que nosso primeiro governador, João Pereira Caldas, instalou, pessoalmente, nos idos de 1762, naqueles confins onde começou o Piauí. Primeiro, inaugurou a vila mais distante, a de Parnaguá, dia 3 de junho; e depois, já na volta, a de Jerumenha, a 22. Oeiras, a capital, era então o único município e sediava a única comarca existente na recém-instalada Capitania de São José do Piauí. Caldas, viajando a cavalo, deixara a capital a 8 de maio daquele remoto ano e só a ela retornaria cerca de dois meses depois, após abrir toscos caminhos por caatingas e chapadões desconhecidos, vencendo dificuldades de toda ordem.

Romper aqueles confins não era tarefa fácil. Exigia sacrifícios e determinação. Tanto que os governantes piauienses, como que, contrariando José Américo de Almeida, tivessem esquecido o caminho de volta, demoraram nada menos de 191 anos para revisitá-los. Pasmem, pois a segunda visita só se daria em 1953! Fê-la o então governador Pedro Freitas (por sinal, tio-avô de nosso colega acadêmico Hugo Napoleão), quando esteve em Corrente, viajando pelo moderno meio de transporte da época – o jipe. Eu, menino de calças curtas, o vi caminhando pelas ruas esburacadas de minha cidade, cigarro de palha ao bico, na maior informalidade, homem simples e bom que era. Antes, invertendo o trajeto palmilhado por Caldas, passara por Jerumenha para participar da

comemoração do aniversário de fundação do município e prestigiar a conferência, alusiva à data, do acadêmico Artur de Araújo Passos, vereador de Teresina e ilustre filho da terra. A essas festividades comparecera luzida comitiva do Centro de Estudos Piauienses, tendo à frente seu presidente – o jovem intelectual e prefeito de Campo Maior, o hoje acadêmico Raimundo Nonato Monteiro de Santana – já àquela época mestre dedicado à missão de pensar o Piauí e fazer o Piauí pensar-se também.

Pois bem. Apesar do isolamento a que foram submetidos por quase dois séculos, os gurgueianos jamais deixaram de acorrer ao chamamento do Piauí e da Pátria, nos seus momentos mais graves. Assim é que, “nos tempos críticos de 1823”, marchou de Parnaguá, para lutar pela Independência, meu tetravô, o juiz ordinário da vila e capitão do regimento de cavalaria de milícias Tibúrcio José de Borges. Comandava 148 cavalarianos, “com cavalgaduras, matalotagens e dinheiros” por ele custeados e não reembolsados pelo governo (aliás, como sempre ocorre!), conforme requerimento que dirigiu ao presidente da Província, João José Guimarães e Silva, em 1830. Só ensarilhou as armas quando assinou a ata de capitulação do major Fidié na vila maranhense de Caxias. Rico fazendeiro que era, perdeu a fortuna, é verdade, mas ganhou o galardão: foi promovido a major (sargento-mor, à época), sob o fundamento de que fora “o único oficial desse regimento que marchou voluntariamente para a guerra”, conforme anota Abdias Neves.

Não menos heroica foi a empreitada do tenente-coronel José Lustosa da Cunha, futuro barão de Santa Filomena, que desceu o Parnaíba em balsas de talos de buriti, em 1865, comandando o 2º corpo de voluntários da Pátria, composto de mais de 200 combatentes, depois ampliado com outros tantos. Fora organizado nas vilas de Parnaguá, Bom Jesus e Jerumenha e nos então arraiais do Corrente e Santa Filomena. Só retornariam com a completa vitória brasileira nos campos do Paraguai, após combaterem em todas as frentes, durante cinco anos de carnificina. Terminada a guerra, seriam recebidos pessoalmente pelo imperador dom Pedro II, no Arsenal da Marinha no Rio de Janeiro, apinhado de piauienses orgulhosos de seus feitos, com esta saudação calorosa e consagradora: **“Senhor comandante de voluntários da Pátria! Aceitai este abraço para vós e vossos camaradas! A glória coroou vosso heroísmo! Vinde receber as aclamações de vossos compatriotas!”** Desembarcariam em Teresina, a bordo do vapor **Piauí**, em 1870, menos de 150 daqueles bravos – os

salvados das “charqueadas de López” – como insinuava David Caldas no seu jornal **O Amigo do Povo**.

Se me permitem continuar a navegar por esses mares, diria mais que foi dos sertões de Parnaguá que saiu João Lustosa da Cunha Paranaguá, depois Visconde e Marquês de Paranaguá, para brilhar na corte do Segundo Império ao ocupar praticamente todos os ministérios e a presidência do Conselho de Ministros, tornando-se, com toda justiça, o mais preeminente piauiense de todas as eras.

No tocante a esta Academia, inúmeros foram os gurgueianos que por aqui passaram, deixando-nos, em marcas indeléveis, o brilho de sua cultura, inteligência e talento, a exemplo de Ademar Soares da Rocha, Amélia de Freitas Bevilácqua (a esposa do jurista Clóvis Bevilácqua), Artur de Araújo Passos, Esmaragdo de Freitas e Sousa, João Crisóstomo da Rocha Cabral, José Miguel de Matos, José Patrício Franco e Pedro Borges da Silva.

Com incontido orgulho, ocorre-me citar outros gurgueianos, que, portando idêntica bagagem, presentemente ilustram a Casa de Lucídio Freitas, como Fides Angélica de Castro Veloso Mendes Omatti, Herculano Moraes da Silva Filho, Humberto Soares Guimarães, Jônathas de Barros Nunes, Pedro da Silva Ribeiro e William Palha Dias.

Um parêntese para uma pergunta que não pode calar: então, por que duvidar de nossa capacidade de construir o Estado do Gurgueia?

Ante a presença aqui de tantos filhos daquelas bandas, julgo da maior justiça reconhecer que nossa Academia não apenas cumpre a relevante missão de proteger e difundir as boas letras, unindo a tradição e a invenção na cultura piauiense, como acentua o mestre Manoel Paulo Nunes. Vai além ao praticar a boa cultura, que é a cultura democrática, justo aquela que, abominando preconceitos para valorizar o mérito, faz o politicamente correto, isto é, faz a inclusão de pessoas com profundo respeito a suas diversidades.

Sou, portanto, outro filho do Gurgueia que aqui aporta, embora sem o brilho dos que me antecederam na chegada. No fundo, “um garoto vindo dos confins do Piauí fazer história na capital”, no dizer do instigante Zózimo Tavares. Por sinal, o primeiro membro desta Academia nascido no

Corrente, a pérola daqueles antigos sertões de Parnaguá, cantada pelo telurismo singelo do poeta correntino Eudalton Teles:

*Num recanto abandonado
Lá do sul do meu Estado
Existe um lugar feliz:
Meu querido Corrente,
Que embora modestamente,
É o mais belo do País.*

E aqui chego nem cedo nem tarde. Como na imagem bíblica, se há um tempo para tudo sob o sol, diria que chego no momento próprio, na ocasião oportuna. Porque, ao contrário do filho pródigo, não dissipei o patrimônio que meus pais – Sebastião Barros e Iracema Cavalcanti – me legaram, voltado, basicamente, para os valores do espírito. Por certo, não bafejado pela precocidade de nossa decana Nerina Castelo Branco, aqui chegada na flor de seus 32 anos, precocidade, aliás, só superada por Lucídio Freitas, nosso patrono. Nem pelas vivências do sempre jovem Júlio Romão da Silva, empossado acadêmico aos 73 anos. Mas, filosofando com Chopra e Manfredi Cerqueira, que as pessoas só ficam velhas quando param de crescer, é que bato às portas da Academia ainda a tempo e com tempo de alimentar sonhos e cometer ousadias, missão historicamente reservada aos que teimam em resistir à mesmice dos tempos. Diria mais que a tempo e com tempo de poder prestar meus modestos serviços à Academia, ao lado da Socorro, a fiel companheira de todos os momentos e, assim, parceira tanto de desilusões quanto de conquistas, esperanças e utopias, com o despojamento, a coragem para lutar e a disposição de trabalho que Deus nos deu e mantém com muita proficiência. Ao lado também de nossos filhos Jesualdo, Juliana e Marina, da nora Flávia, dos genros Renato Guimarães e Valério Mendes e das netinhas Alice Maria, Mariana, Luíza e Laura, esta que acaba de nascer.

E, mais do que tudo, a tempo e com tempo de conviver mais de perto com 39 figuras exponenciais da cultura piauiense, em suas andanças pelos múltiplos caminhos das letras, da pesquisa e do saber.

Pois bem. Quem se achega a tantos valores e, o que é mais importante, por via de uma eleição marcada pela unanimidade de votos livremente concedidos, não pode exibir outra pretensão que não a de agradecer, servindo. Sou, portanto, profundamente grato a todas as acadêmicas e a

todos os acadêmicos que materializaram o ingresso que ora faço na Academia. E só um compromisso me anima: o de procurar dignificar, em todos os momentos, por pensamentos, palavras e ações, tão calorosa manifestação de confiança e generosidade. Sou também profundamente grato a todos os que nos honram com suas presenças, muitos dos quais provindos de longe.

Nascido em Teresina a 4 de agosto de 1920, João Gabriel Baptista, a quem tenho a honra de suceder nesta Academia, era casado com Maria Jesus de Carvalho Baptista, que lhe sobrevive. Ao falecer a 20 de março último, deixou sete filhos: cinco seguiram as pegadas profissionais do pai, sendo três engenheiros civis (Ernesto José, Fernando Luiz e Orlando Geraldo) e duas professoras (Maria do Socorro e Elisabeth), além da contabilista Aracy e do médico Mário Benjamin.

Passara a integrar os quadros desta Academia desde 9 de janeiro de 1978, ocupando a cadeira 3, que tem o padre Joaquim Sampaio Castelo Branco por patrono e os acadêmicos Fenelon Ferreira Castelo Branco e Cromwell Barbosa de Carvalho como ocupantes. Aqui exerceria variados cargos de sua direção, os quais desempenhou com entusiasmo e competência.

Formado engenheiro civil pela Escola Politécnica da Bahia, em 1946, logo assumiria, no Estado-berço, os postos de comando mais importantes em sua época e área de atuação, inclusive a direção geral do Departamento de Estradas de Rodagem e a então Secretaria de Estado de Viação, Obras Públicas, Agricultura, Indústria e Comércio. Para se aquilatar a amplitude do campo funcional dessa secretaria de nome quilométrico, basta salientar que, no organograma atual da administração pública do Estado, suas antigas funções acham-se distribuídas por nada menos de sete secretarias, afora órgãos menores.

Professor ele foi a vida inteira. Professor do ensino secundário em colégios públicos e privados de Teresina, lecionando Geografia, Física, Química e Matemática. Professor de Geografia, Cartografia e Etnografia da antiga Faculdade Católica de Filosofia e da Universidade Federal do Piauí.

Aluno do velho Liceu Piauiense, conheci-o nos idos de 1958. Ensinava Geografia, após concurso público em que defendera tese, em 1951, sob o título **Vulcões no Brasil**. Tempos gloriosos aqueles. Professor do Liceu ou da Escola Normal Antonino Freire era catedrático, isto é, falava de

cátedra, eis que portador de amplo conhecimento da disciplina que lecionava. Se homem, quase sempre usava paletó e gravata em sala de aula. Mas não era respeitado apenas pela aparência indumentária. Tinha postura de formador de homens e condutor de ideias. Irradiava uma certa aura de ciência, técnica, conhecimento, sabedoria. E sabem por que portava toda essa autoridade moral? Pelo salário, está claro que não: o professor nesta terra nunca foi remunerado com justiça, nem agora nem outrora! Revela, por exemplo, padre Domingos da Conceição, nosso representante nas cortes constituintes de Portugal, em 1822, que já àquela época ao professor do Piauí era atribuído um salário de 60 mil réis anuais, enquanto um feitor de escravos percebia 200 mil réis, contando ainda com casa e mesa.

Mas, a despeito do baixo salário e de outras condições negativas, toda essa autoridade moral, minhas senhoras e meus senhores, emanava de uma razão cristalina: o mérito. O professor conquistava a cadeira mediante concurso público, prestado perante banca examinadora competente, tendo como ponto alto a defesa da tese que escrevera, como o fez João Gabriel Baptista. A sociedade teresinense acompanhava atentamente todos os lances do concurso. Fazia-se presente. Palpitava, opinava, torcia. Já se vê: não eram momentos apenas de exteriorização da ciência e da cultura. Eram também momentos de manifestação e, mais que isso, de valorização da cidadania. Por isso deixaram marcas profundas, nítidas, inesquecíveis na memória popular.

Desse modo, não é estranhável que o governo estadual oferecesse ensino de qualidade. Sobretudo, sabendo-se que em sua tessitura pontificaram, em diferentes épocas, muitos dos príncipes desta Academia, tais como Abdias Neves, Arimatéa Tito Filho, Camillo Filho, Celso Barros Coelho, Cristino Castelo Branco, David Caldas, Higino Cunha, Lucídio Freitas, Manoel Paulo Nunes, Martins Napoleão, Odilon Nunes, padre Joaquim Chaves, Wilson Brandão. Que diferença, meu Deus! Pena que “tirantias do tempo” não houvessem permitido a Clodoaldo Freitas, príncipe-fundador desta Academia, que lá ensinasse um pouco mais do muito que sabia. Não é verdade, Teresinha Queiroz?

Fonseca Neto certifica que a obra especializada de João Gabriel Baptista foi feita ao vivo, na emoção do mestre em cena, suando a camisa, em interações plenas com seu discipulado. E sentencia: “Obra, até aqui, única.” Em arrimo dessa sentença lapidar, vai buscar o testemunho de

Cineas Santos, para quem “se não fosse João Gabriel, o Piauí não teria Geografia.” O homem das confusões polêmicas (quem diria!), desta vez logrou a unanimidade. Com efeito, temos nessa síntese a maior homenagem que se poderia tributar ao engenheiro, professor e acadêmico João Gabriel Baptista, que foi, ademais, um pesquisador, um geógrafo, um cientista verdadeiro. Que jamais se limitou a burilar achados já conhecidos e repisados. Daí a observação de Camillo Filho, em prefácio da **Geografia Física do Piauí**, que lançou em 1975, posteriormente ampliada e reeditada em dois volumes: “não se trata de mero trabalho de coleta de dados e informações: há pesquisas e trabalho de campo, indispensáveis a uma obra deste vulto.”

Chama atenção o empenho de João Gabriel Baptista em revelar a geografia piauiense, tanto física quanto humana. Visando a sistematizar os estudos que pacientemente realizara durante décadas, publicou outras obras sobre o assunto: **Resumo Corográfico do Estado do Piauí** (1971), **A Origem do Rio Parnaíba** (1987) e **Mapas Geohistóricos do Piauí** (1987). Antes publicara **Nascentes de um rio** (1971). Contagiava a todos seu entusiasmo em aprofundar pesquisas sobre o tema, a ponto de embrenhar-se, ao lado de Noé Mendes de Oliveira e professores outros da Universidade Federal do Piauí, em 1977, pelas caatingas e chapadões do extremo sul em busca das nascentes do Parnaíba. Só parou quando, topando nas fraldas da Chapada das Mangabeiras, onde, segundo Oton Lustosa, “o vento faz a curva”, conseguiu assentar, de uma vez por todas, que o caudal parnaibano tem origem realmente no riacho Água Quente e não no Corriola, como queria o alemão Gustavo Dodt. Não menos contagiante foi sua militância a favor da preservação do Velho Monge, ao participar de todos os movimentos tendentes a denunciar sua degradação e a fomentar ações capazes de devolver-lhe a pujança de outrora. Não sem razão, clamaria em relatório denunciador: se medidas práticas, urgentes, não fossem tomadas, o Parnaíba se tornaria “um rio periódico” e aquela imensa área do sul do Piauí, “um grande deserto em futuro próximo.”

Menção especial merece sua última obra – **Etno-história Indígena Piauiense** (1994) – que reconstitui o brutal processo de aniquilamento das populações nativas, na chamada “guerra aos bárbaros”, que o historiador Reginaldo Miranda nominou genericamente de “indiocídio”. Por exemplo, instruções especiais do governador João Pereira Caldas, de 1763, ao comandante da vila de Parnaguá, não deixavam dúvidas quanto ao

destino reservado aos índios Gurgueias, Acaroás e Timbiras: recomendavam “castigar a ferro e a fogo (...) atacando todas as povoações que encontrar das ditas nações, e reduzindo-as a cinzas, depois de conquistadas.” O mestre Manoel Paulo Nunes, em prefácio da reedição de 2009, chega a afirmar que “nem Pizarro, talvez, no México, tenha empreendido tamanha guerra de extermínio contra um povo indefeso...” É triste saber que, nesse holocausto, o Piauí tenha conquistado uma primazia nada dignificadora de sua bela história: nas palavras da historiadora Claudete Miranda Dias, “foi o último Estado a ser colonizado no Brasil, e foi o primeiro a acabar com os índios”. Que lástima, bradaria Deoclécio Dantas!

Doutrina o mestre Celso Barros Coelho que “o escritor vive na sua obra”. Esta fala por ele, ele ensina através dela. Eis aí o real sentido da imortalidade: mesmo fisicamente morto, continuar ensinando aos vivos. Esse o legado de João Gabriel Baptista que nos incumbe preservar.

Palmas para ele!

Muito obrigado!

(Discurso de posse do acadêmico Jesualdo Cavalcanti Barros na Academia Piauiense de Letras, a 6 de agosto de 2010).